

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

1 – IMUNIDADE DE ISS PARA ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

- A. FORMULÁRIO CORRETAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO;
- B. CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL OU DA LEI DE SUA CRIAÇÃO;
- C. CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA QUE NOMEOU A ÚLTIMA DIRETORIA, **SE FOR O CASO**.

2 – IMUNIDADE DE ISS PARA TEMPLOS DE QUALQUER CULTO

- A. FORMULÁRIO CORRETAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO;
- B. CÓPIA DO ESTATUTO DA ENTIDADE;
- C. CÓPIA DA ATA DE ASSEMBLEIA QUE NOMEOU A ÚLTIMA DIRETORIA;
- D. DECLARAÇÃO ASSINADA PELO(A) PRESIDENTE OU REPRESENTANTE DA ENTIDADE, PROVANDO QUE ATENDE AOS REQUISITOS DO ART. 150, § 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

3 – IMUNIDADE DE ISS PARA ENTIDADE SINDICAL DE TRABALHADORES E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS

- A. FORMULÁRIO CORRETAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO;
- B. CÓPIA DO ESTATUTO DA ENTIDADE;
- C. CÓPIA DA ATA DE ASSEMBLEIA QUE NOMEOU A ÚLTIMA DIRETORIA;
- D. CÓPIA DO CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS), INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL Nº 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009, EXCLUSIVAMENTE PARA AS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL OU, NA SUA FALTA, O PROTOCOLO DE REQUERIMENTO;
- E. DECLARAÇÃO ASSINADA PELO(A) PRESIDENTE OU REPRESENTANTE DA ENTIDADE, QUE NÃO DISTRIBUI QUALQUER PARCELA DE SEU PATRIMÔNIO OU DE SUAS RENDAS A QUALQUER TÍTULO, QUE SEUS RECURSOS SÃO INTEGRALMENTE APLICADOS NO PAÍS E NA MANUTENÇÃO DE SEUS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E QUE MANTÉM ESCRITURAÇÃO DE SUAS RECEITAS E DESPESAS EM LIVROS REVESTIDOS DE FORMALIDADES CAPAZES DE ASSEGURAR SUA EXATIDÃO, CONFORME O ART. 14 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN);
- F. DECLARAÇÃO ASSINADA PELO(A) PRESIDENTE OU REPRESENTANTE DA ENTIDADE, PROVANDO QUE ATENDE AOS REQUISITOS DO ART. 150, § 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

4 – IMUNIDADE DE ISS PARA PARTIDO POLÍTICO E SUAS FUNDAÇÕES

- A. FORMULÁRIO CORRETAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO;
- B. CÓPIA DO ESTATUTO DA ENTIDADE;
- C. CÓPIA DA ATA DE ASSEMBLEIA QUE NOMEOU A ÚLTIMA DIRETORIA;
- D. DECLARAÇÃO ASSINADA PELO(A) PRESIDENTE OU REPRESENTANTE DA ENTIDADE, QUE NÃO DISTRIBUI QUALQUER PARCELA DE SEU PATRIMÔNIO OU DE SUAS RENDAS A QUALQUER TÍTULO, QUE SEUS RECURSOS SÃO INTEGRALMENTE APLICADOS NO PAÍS E NA MANUTENÇÃO DE SEUS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E QUE MANTÉM ESCRITURAÇÃO DE SUAS RECEITAS E DESPESAS EM LIVROS REVESTIDOS DE FORMALIDADES CAPAZES DE ASSEGURAR SUA EXATIDÃO, CONFORME O ART. 14 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN);
- E. DECLARAÇÃO ASSINADA PELO(A) PRESIDENTE OU REPRESENTANTE DA ENTIDADE, PROVANDO QUE ATENDE AOS REQUISITOS DO ART. 150, § 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

IMPORTANTE!

- 1) **PODERÁ HAVER A NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS, A CRITÉRIO DO ÓRGÃO COMPETENTE;**
- 2) **A(S) SOLICITAÇÃO(ÕES) PODERÁ(ÃO) SER FEITA(S) POR MEIO DE PROCURADOR(A), COM APRESENTAÇÃO DE PROCURAÇÃO, CÓPIA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE E CÓPIA DE DOCUMENTO QUE POSSUA NÚMERO DO CPF DO(A) PROCURADOR(A).**